



## **Estudo da Esalq observa estado nutricional de crianças do ensino público**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é o maior e mais tradicional dos programas públicos na área de alimentação e nutrição e integra a política de segurança alimentar e nutricional do país. No entanto, segundo a nutricionista Maria Julia de Miguel Amistá, existe uma lacuna de informações sobre a situação nutricional de crianças e adolescentes de municípios de economia rural. “Uma dessas cidades é Guariba (SP), na região de Ribeirão Preto, que passou em meados da década de 1980 por um processo revolucionário e organizativo no setor sucroalcooleiro apelidado de “Greve dos Boias Frias” lembra Maria Julia.

Com objetivo de analisar o PNAE nas escolas públicas municipais daquela cidade, Maria Julia desenvolveu estudo no Programa de Pós-graduação de Ciência e Tecnologia de Alimentos, da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ). Com orientação de Marina Vieira da Silva, docente do Departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição (LAN), a pesquisadora observou operacionalização e impacto do PNAE sobre a situação nutricional dos alunos, além de avaliar as condições socioeconômicas e a situação de segurança alimentar e nutricional das famílias em que estes alunos estão inseridos. “O estado nutricional dos alunos foi avaliado de forma pormenorizada tendo em vista a crescente prevalência do excesso de peso/obesidade entre crianças e adolescentes brasileiros”, conta a autora da pesquisa.

Foi realizado um estudo transversal com 425 crianças, com idades entre 7 a 16 anos, matriculadas em seis escolas municipais de Guariba. Nesta etapa, elas passaram por avaliação antropométrica (peso e altura), avaliação da merenda escolar (adesão da alimentação oferecida pela escola), avaliação da habitualidade quanto ao consumo na escola de alimentos levados de casa ou comprados em locais comerciais durante o deslocamento casa-escola e avaliação da atividade física (modalidade e tempo bem como da inatividade/sedentarismo).

Os pais ou responsáveis pelas crianças também responderam um questionário relativo às condições socioeconômicas da família. Neste instrumento foram apresentadas questões sobre a Segurança Alimentar no domicílio (EBIA – Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar). “As merendeiras das escolas também foram entrevistadas com a finalidade de traçar o perfil das executoras diretas da alimentação escolar do Município e constatar o conhecimento das mesmas sobre o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Os membros do CAE também participaram do trabalho com a finalidade de obter informações sobre a execução do PNAE no município”, complementa.

O estudo identificou baixa condição econômica dos alunos, uma vez que 90,88% das famílias possuem rendimento per capita menor que R\$ 600,00, valor inferior ao salário mínimo vigente. O Programa Bolsa Família foi o programa de transferência de renda mais citado pelas famílias (80,63%). Foi possível verificar a regularidade na distribuição da merenda escolar em todas as escolas integrantes da pesquisa. A adesão ao PNAE pode ser considerada expressiva (85,65%) bem como o reconhecimento da importância do Programa pelos alunos (91,76%). “Porém a proporção de adesão efetiva (consumo nos cinco dias da semana) mostrou-se relativamente reduzida (38,19%), fato relacionado com a proporção elevada dos

alunos (61,33%) que alegaram não consumir a refeição por não gostar dos alimentos e/ou preparações oferecidos na escola”.

Fonte: Assessoria/ESALQ